

PEC da Transição avança, mas com prazo reduzido

■ CONGRESSO

Com 331 votos favoráveis e 168 contrários, proposta terá de ser avaliada hoje e precisa de 308 votos. Acordo reduziu para um ano a validade dos R\$ 145 bilhões fora do teto

CÂMARA APROVA PEC DA TRANSIÇÃO EM 1º TURNO

TAISA MEDEIROS E RAPHAEL FELICE

A Câmara dos Deputados aprovou, ontem, em primeiro turno, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição. Foram 331 votos a favor, contra 168. Frustrando as expectativas do novo governo, a votação em segundo turno ficou para hoje. A medida prevê um valor de R\$ 145 bilhões para gastos fora do teto de gastos por apenas um ano – diferentemente dos dois anos aprovados pelo Senado Federal. O texto original do projeto previa a excepcionalização dos recursos do Auxílio Brasil – que será rebatizado de Bolsa-Família – por quatro anos, mas o Senado Federal acabou aprovando os R\$ 145 bilhões por dois anos.

O acordo para aprovar a PEC por um ano foi costurado após decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) na última segunda-feira. A corte formou maioria no entendimento da inconstitucionalidade das emendas do relator e o ministro Gilmar Mendes determinou em decisão liminar que programas sociais não precisam ser colocados dentro do teto de gastos e podem ser alocados por medida provisória ou decreto vinculados a recursos extraordinários. O entendimento provocou mudanças no texto da PEC.

O texto que chegou à Câmara foi aprovado no Senado em 7 de dezembro. Apesar das últimas decisões do STF, que excluíram, via medida provisória, os recursos destinados ao Bolsa-Família do teto de gastos, a votação foi mantida. Para acelerar a votação na Casa, o texto foi apensado à PEC 24/2019, de autoria da deputada Luisa Canziani (PSD-PR), que sugere a exclusão das despesas de instituições federais de ensino, nos termos especificados, da base de cálculo



Plenário da Câmara dos Deputados volta a avaliar hoje a proposta que, em parte, terá de voltar para apreciação em dois turnos no Senado

e dos limites individualizados para as despesas primárias.

Na Câmara, o relator da proposta foi o deputado Elmar Nascimento (União-BA). Temos que dar ao novo presidente eleito as condições políticas e jurídicas para que ele possa colocar de pé as propostas. É fato também a necessidade de se assegurar os R\$ 150 para as crianças dessas famílias, e de autorizar a correção do salário mínimo nesses percentuais", defendeu Nascimento. "Não é um aumento de Orçamento: é para que tenha o mesmo Orçamento que o atual go-

verno teve, sem qualquer incremento, para que possa tocar as políticas públicas", concluiu.

Para aprovar a PEC são necessários, pelo menos, 308 votos na Câmara, em dois turnos. O PT tentou, sem sucesso, encerrar as votações na noite de ontem. Na primeira rodada, apenas o PL, o Republicanos e o Novo foram contra a proposta. Se aprovado em segundo turno, a parte do texto que autoriza o gasto fora do teto de gasto vai direto para promulgação porque já foi analisada pelo Senado. Um trecho da PEC, porém, vol-

tará para análise dos senadores hoje, o que distribui os R\$ 19,5 bilhões das emendas de relator – que foram declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

A PEC é a principal aposta do presidente eleito para cumprir promessas de campanha, como a manutenção do Bolsa-Família em R\$ 600 e o adicional de R\$ 150 por criança de até 6 anos. O valor reservado para o programa sem a PEC é suficiente apenas para o pagamento de R\$ 405 por família. Com o espaço total de R\$ 168 bilhões a ser aberto no

Orçamento de 2023, Lula espera recompor programas como Farmácia Popular e Minha casa, minha vida, e reajustar o salário mínimo acima da inflação.

INVESTIMENTOS O texto da PEC permite ainda que recursos parados nas contas do PIS/Pasep há no mínimo 20 anos sejam apropriados pelo Tesouro, e usados para bancar investimentos fora da regra fiscal que limita o crescimento das despesas. Em agosto, a Caixa Econômica Federal informou que há R\$ 246 bilhões em cotas do PIS/Pasep.

Outro dispositivo prevê que o Executivo irá enviar uma nova proposta de regra fiscal até 31 de agosto de 2023. Quando aprovada essa nova regra (por projeto de lei complementar), será revogado da Constituição o teto atual.

O trecho que permite investimentos adicionais quando houver receitas extraordinárias, até o limite de R\$ 23 bilhões, pode entrar em vigor assim que for promulgado. Com isso, há margem para que o governo de Jair Bolsonaro (PL) libere emendas parlamentares que estão bloqueadas por causa do aperto fiscal. A PEC também tira do teto de gastos despesas das instituições federais de ensino custeadas por receitas próprias, de doações ou de convênios celebrados com demais entes da Federação ou entidades privadas. A medida também deve valer para todas as instituições de pesquisa e para a Embrapa e a Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz). Doações feitas a fundos de meio ambiente também ficam de fora do teto.

DESPESAS Os gastos extras aprofundam o resultado negativo nas contas públicas previsto para 2023, caso não haja elevação nas receitas ou corte de despesas de forma suficiente. O projeto de Orçamento enviado pelo Ministério da Economia prevê oficialmente um rombo de R\$ 63,5 bilhões, mas o atual governo atualizou essa estimativa para um número menor, embora ainda negativo, em R\$ 40,4 bilhões. A existência de déficits públicos indica que o governo está financiando despesas por meio de emissão de um volume maior da dívida brasileira. O custo fica próximo da taxa básica de juros da economia, a Selic, hoje em 13,75% ao ano. (Com agências)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Política Pagina: 13